

# A hora de construir o diálogo

Publicado em 23/02/2016

[www.correio braziliense.com.br](http://www.correio braziliense.com.br)

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1991; ASSIS CHATEAUBRIAND

## CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2016

NÚMERO 19.265 • 40 PÁGINAS • R\$ 2,30

Copyright Correio Braziliense - 23/02/2016

\*Paulo Nassar e Hamilton dos Santos

Lembramos ainda do dia do aniversário de São Paulo, quando duas dezenas de manifestantes do Movimento Passe Livre se reuniram na Catedral da Sé para hostilizar o governador Geraldo Alckmin e o prefeito Fernando Haddad. O prefeito foi atingido por uma garrafa pet, interrompeu uma entrevista em que falava sobre o feriadão e os eventos culturais da festa de aniversário e se retirou. O governador seguiu seus passos. O exemplo de projéteis atirados contra pessoas poderia ser outro: o da morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido na cabeça por um rojão quando cobria ato de protesto no Rio de Janeiro, em 2014. Ou, ainda, o de autoridades e de comunicadores que, no linguajar cotidiano, se utilizam de metáforas terroristas frente a controvérsias ou outros pontos de vista. Por que persistir em trocar a argumentação civilizada, a construção de pontes entre as pessoas, o diálogo, pelas narrativas da barbárie, que só apontam para o pior do passado?

A simbologia do gesto e da palavra pode sugerir agressões mais amplas: pedrada, soco, rojão, tiro, coquetel molotov? À medida em que avançamos nas narrações simbólicas do comportamento violento, podemos perceber a sua inutilidade. Nada mais justo do que protestar contra o aumento de passagens de transporte coletivo, em particular se o transporte em questão é precário, feito por ônibus superlotados e, geralmente, malconservados. Contra as precariedades no ensino e na saúde, que nos têm conduzido para a incivilidade e às doenças. Daí à hostilidade física é longa a diferença. Como é muito diferente fazer passeata de protesto pacífico e a depredação de ônibus, de agências bancárias e de automóveis e prédios públicos e privados.

Não tem sentido, não é contemporâneo. Nos anos 1960, o Brasil foi alvo de grandes manifestações públicas. No pré-1964, elas ajudaram a minar a autoridade do governo constituído, que em sua maioria envolveu funcionários públicos. É tema escassamente discutido, mas dos mais relevantes. Em 1968, ganharam outro tom, protestava-se contra a ditadura militar. Contra a falta de liberdades. Contra a inexistência do direito de voto para governadores e a Presidência da República. Protestava-se contra a perda da utopia democrática. Sitiado, o Brasil, com a eclosão da luta armada, tornou-se um campo de guerra. A memória do autoritarismo marcaria gerações.

Naqueles anos, nos Estados Unidos, na Alemanha, na França e também entre nós, o autoengano revolucionário se tornava evidente na forma de múltiplas lutas: lutas anticolonialista, luta contra a burocracia socialista, luta pelo socialismo, luta pelos direitos civis, lutas pelas liberdades sexuais, e, assim, sucessivamente. Havia referências fortes, embora autoritárias: o Vietnã, Cuba, a China. Hoje, tudo mudou. As referências são outras, a democracia como valor universal se tornou, em síntese, expressão do direito à vida, canto contra a violência. No caso brasileiro, a grande conquista foi a democratização. Os direitos, antes perseguidos, não só voltaram a valer como foram ampliados. Não seria necessário, igualmente, rever as formas de protestos?

No plano da narrativa, a busca de alternativas pacíficas e sem a simbologia da violência possui efeitos aglutinadores. Se as convocações para as manifestações, por exemplo, são feitas pelas mídias sociais seria aconselhável ressaltar que os manifestantes primarão pelo pacifismo, sendo condenável qualquer ato, por mínimo que seja, de violência. É importante esclarecer que os danos ao patrimônio público ou privado recai sobre a sociedade. O respeito à integridade física das pessoas, da mesma forma, deve presidir ações em ambos os lados: dos manifestantes e das autoridades. É nesses campos que a tolerância ganhará significado prático e que se poderá discutir a realidade, aqui entendida como as relações entre os homens e as instituições e dos

homens com os próprios homens.

Na verdade, o que se precisa procurar é novo momento político em que as manifestações traduzam – e agreguem adesões – o ambiente democrático em que estamos vivendo. É preciso que todos saibam que as reformas, as mudanças institucionais, a evolução do modo de vida não acontecerão de imediato. Virão gradativamente e se inscrevem no próprio seio das novas lutas sociais, envolvendo desde as passagens de ônibus e o transporte público à rejeição à homofobia e todas as formas de discriminações. Porque a democracia é isto: diálogo, diálogo quase que permanente. Diálogo entre diferentes formas de ver o mundo e de gestão. Não por acaso os gregos definiam a política como a forma de administrar a cidade. Nos dias atuais, não aconteceria a mesma coisa por caminhos diversos?

Nesse sentido, a comunicação tem muito a contribuir. O que à primeira vista pode parecer um gesto de insatisfação, como jogar uma garrafa pet no prefeito ou queimar um ônibus, só para ilustrar, se bem refletido será fácil entender que não traz resultado algum. No campo ou na cidade, não se procura a perfectibilidade, mas o espírito que deve embalar as manifestações, cada vez mais intensas, cada vez mais presentes no cotidiano do cidadão.

De qualquer ângulo que se avalie, é fácil constatar: mais do que nunca, seja pela crise estrutural de um novo ethos que se urde no seio dos costumes, seja pela crise circunstancial da economia em frangalhos, a capacidade de dialogar é o que nos separará da barbárie. A democracia não deve estimular o retorno ao passado, às formas tradicionais de resistência, mas o olhar para a frente, à criação de novas narrativas de diálogo. O que comunica, amplamente, nos desafios que se desenham é gente na rua e no ciberespaço; não gente passiva, mas gente ativa, gente que reclama, gente que encontra novas alternativas de falar de liberdade. Isto porque o Brasil mudou completamente desde o fim da ditadura. Há em gestação um Brasil novo, a entender que a violência é símbolo do atavismo, enquanto o dialogar é símbolo da capacidade de respeitar o diferente, construída no cotidiano.

**\*Paulo Nassar** – Diretor-presidente da Aberje - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial e professor livre-docente da ECA-USP

**Hamilton dos Santos** – Jornalista, diretor-geral da Aberje - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial e mestre em filosofia pela USP